

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v21i37.1017>

AS IDEIAS POLÍTICAS DE CARLOS LACERDA NA TRANSIÇÃO DE 1945:
anticomunismo e reformismo^{1,2}

THE POLITICAL IDEAS OF CARLOS LACERDA IN THE 1945 TRANSITION:
anti-communism and reformism

LAS IDEAS POLÍTICAS DE CARLOS LACERDA EN LA TRANSICIÓN DE 1945:
anticomunismo y reformismo

FABRÍCIO FERREIRA DE MEDEIROS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9420-671X>

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Niterói/Rio de Janeiro/Brasil

fabricao.f.medeiros@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste texto é analisar a participação de Carlos Lacerda na transição política de 1945, com destaque para as suas reflexões sobre o contexto histórico. Jornalista prestigiado no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, Lacerda foi um dos maiores críticos do legado getulista e do apoio oferecido pelos comunistas a Vargas no início dos anos 1940. Porém, mais do que isso, é preciso atentar para o viés reformista presente em seu pensamento político, expresso na defesa de uma combinação entre bem-estar social, democracia e liberdade acomodada ao sistema capitalista. Salvo tais considerações, pautarei minha interpretação nos textos publicados por Carlos Lacerda nos jornais *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*, entre 1945 e 1946, buscando compreender o contexto político e como o jornalista se posicionou nas disputas pelo poder.

Palavras-chave: Carlos Lacerda. Anticomunismo. Reformismo.

Abstract: The purpose of this text is to analyze Carlos Lacerda's participation in the political transition of 1945, highlighting his reflections on the historical context. A prestigious journalist in Rio de Janeiro, the former Federal District, Lacerda was one of the biggest critics of the Getúlio Vargas legacy and the support offered by the communists to Vargas in the early 1940s. However, more than that, it is necessary to pay attention to the reformist bias present in his political thinking, expressed in the defense of a combination of social welfare, democracy and freedom accommodated to the capitalist system. With the exception of these considerations, I will base my interpretation on the texts published by Carlos Lacerda in the newspapers *Correio da Manhã* and *Diário Carioca*, between 1945 and 1946, seeking to understand the political context and how the journalist positioned himself in the disputes for power.

Keywords: Carlos Lacerda. Anticommunism. Reformism.

Resumen: El propósito de este texto es analizar la participación de Carlos Lacerda en la transición política de 1945, destacando sus reflexiones sobre el contexto histórico. Prestigioso periodista de Río de Janeiro, ex Distrito Federal, Lacerda fue uno de los mayores críticos del legado de Getúlio Vargas y del apoyo que los comunistas le brindaron a Vargas a principios de la década de 1940. Sin embargo, más allá de eso, es necesario prestar atención al sesgo reformista presente en su pensamiento político, expresado en la defensa de una combinación de bienestar social, democracia y libertad acomodada al

¹ Artigo submetido à avaliação em outubro de 2023 e aprovado para publicação em novembro de 2023.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

sistema capitalista. Além de estas considerações, basaré mi interpretación en los textos publicados por Carlos Lacerda en los periódicos *Correio da Manhã* y *Diário Carioca*, entre 1945 y 1946, buscando comprender el contexto político y cómo el periodista se posicionaba en las disputas por el poder.

Palabras clave: Carlos Lacerda. Anticomunismo. Reformismo.

Introdução

A transição política de 1945 costuma ser vista pela historiografia como um acontecimento problemático, uma vez que define a manutenção de uma série de elementos presentes no primeiro governo de Getúlio Vargas (1882-1954), a exemplo da ampliação de prerrogativas do chefe do Poder Executivo, da legislação corporativista, da unidade sindical (Ferreira, 2013), além das estruturas socioeconômicas sob as quais se assentava o poder oligárquico (Soares, 1973). A referida transição ainda é alvo de críticas devido à interferência constante das Forças Armadas no campo político, à repressão promovida contra os trabalhadores organizados e ao impedimento sobre o direito de voto dos analfabetos (Bethell, 1996). Em sentido mais amplo, a construção da nova ordem institucional é marcada por uma cultura política autoritária, que não reconhece a legitimidade dos conflitos sociais e da participação popular e o direito ao dissenso, impondo a garantia da ordem pública como justificativa para o sacrifício de liberdades individuais e a reprodução de privilégios (Almino, 1980).

Não por acaso, os estudos sobre Carlos Lacerda (1914-1977) tendem a realçar a importância de sua experiência política nesse período, tomado como momento-chave de sua trajetória na vida pública. Em comum, afirma-se que foi durante a transição política de 1945 que o jornalista se deslocou de uma trajetória de militância comunista para um posicionamento cada vez mais liberal e conservador (Berlanza, 2019), apresentando relação ambivalente com a democracia e o autoritarismo (Mendonça, 2002; McCann, 2003; Delgado, 2006; Chaloub, 2015, 2018; Ferreira, 2021).

Márcio Delgado (2006, p. 34), por exemplo, sustenta que o discurso político de Carlos Lacerda “[...] era pautado principalmente no moralismo ascético na administração pública, no antiesquerdismo, no antigetulismo e na defesa da moral cristã”, próximo dos liberais udenistas e dos militares esguianos que compartilhavam uma ideologia liberal-conservadora. Interpretação semelhante é encontrada no livro de Marina Mendonça (2002), que identifica a oposição sistemática a Getúlio Vargas e aos comunistas como traços

essenciais da identidade política lacerdiana. O que esses estudos acabam negligenciando é o debate sobre o viés reformista³ presente no pensamento político do personagem e que já se manifesta em seus textos publicados no fim do Estado Novo (1937-1945).

Salvo tais considerações, o objetivo deste texto é analisar a participação de Carlos Lacerda na transição de 1945, com destaque para as suas reflexões sobre o contexto histórico. O presente artigo se justifica, na medida em que Lacerda foi um jornalista prestigiado no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal (1763-1960), tornando-se um dos maiores críticos do legado getulista e do apoio oferecido pelos comunistas a Vargas, no início dos anos 1940. Por outro lado, a historiografia dá pouca atenção para o viés reformista presente em seu pensamento político, mais preocupada com os alvos de suas críticas do que com o seu horizonte de expectativas⁴. Nesse sentido, pautarei minha interpretação nos textos publicados por Carlos Lacerda nos jornais *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*, entre 1945 e 1946⁵, buscando compreender o contexto político e como o jornalista se posicionou nas disputas pelo poder.

O contexto histórico e a trajetória de Carlos Lacerda

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1914, membro de uma família de classe média intimamente ligada ao campo político. O seu pai, Maurício Paiva de Lacerda, foi jornalista, deputado federal e revolucionário, membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), enquanto os tios, Fernando e Paulo de Lacerda, militaram pelo Partido Comunista do Brasil (PCB)⁶, e o avô, Sebastião de Lacerda, foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Não por acaso, os contatos de Carlos Lacerda com a política ocorreram desde cedo, em função das discussões cotidianas realizadas por seus parentes, da leitura de jornais e dos

³ Por reformismo, denomino um movimento que busca aperfeiçoar a democracia liberal e o capitalismo, gradual e pacificamente, de modo a garantir o máximo de bem-estar social, liberdade e igualdade para as pessoas. Diferente da socialdemocracia clássica, porém, ele não propõe o socialismo como ponto de chegada, aparecendo, muito mais, na condição de síntese entre socialismo e liberalismo do que uma alternativa procedimental ao modelo revolucionário soviético (Settembrini, 1995 [1983], p. 1077-1078).

⁴ Com base nas reflexões tecidas por Reinhart Koselleck (2012 [1979]), uso esta expressão para se referir a um conjunto de sentimentos, princípios, valores e racionalidades que se projetam na busca pela construção de um novo futuro através das ações humanas.

⁵ Os exemplares destes jornais foram consultados em sua versão digital, mantidos pela Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BN). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁶ O nome do partido foi alterado em 1961, transformando-se em Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o objetivo de facilitar sua legalização.

debates travados durante o período em que cursou Direito na Universidade do Rio de Janeiro (1932-1935) – interrompido antes de seu término (Keller, 1983; Lacerda, 1978 [1977]).

Desde já, precisamos destacar que o período que vai de 1920 ao final da década de 1930 corresponde a uma crise das democracias liberais e do sistema capitalista. Em vários países, questiona-se a eficiência do sistema representativo pluralista e da economia de mercado em lidar com o aumento do desemprego, da inflação e dos conflitos de classe. Ao mesmo tempo, e em função destas críticas, surgem propostas alternativas de organização do poder, a exemplo do fascismo (Hobsbawm, 2012 [1994]; Kershaw, 2016 [2015]) e do corporativismo (Schmitter, 1974; Costa Pinto, 2014), visto no Brasil como uma terceira via entre o socialismo e o liberalismo (Gomes, 2019 [1988]) ou entre o socialismo e o capitalismo (D’Araujo, 2019 [2003]).

Em diversos países da América Latina, como Colômbia, Guatemala, México, Brasil e Argentina, são instituídos ‘regimes populistas’, que combinam o fortalecimento do poder estatal com planejamento econômico, liderança carismática, reformas sociais, nacionalização de empresas estratégicas e política de massas (Prado; Pellegrino, 2014). Por outro lado, as elites políticas e os seus aliados militares temem o potencial revolucionário presente na participação popular autônoma, avaliando que a democracia constitucional se tornou um problema tanto para o desenvolvimento quanto para a expansão dos direitos sociais. Assim, há uma tendência geral na região, e na Europa, no sentido da centralização e fortalecimento do Poder Executivo, em detrimento do Poder Legislativo e dos direitos políticos universais (Hartlyn; Valenzuela, 1997 [1994]).

No Brasil, Getúlio Vargas e os seus ideólogos estabelecem um regime corporativista e autoritário, que visa incorporar a questão social e, ao mesmo tempo, controlar os conflitos entre capital e trabalho. Desde o início de seu governo, em 1930, são empreendidas mudanças sociais, a exemplo da instituição do salário-mínimo, da limitação da jornada laboral, do direito a férias, pensão e aposentadoria, da criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em benefício dos trabalhadores urbanos e sindicalizados⁷. Porém, impõe-se a abolição dos partidos políticos e do Parlamento, além da nomeação de interventores nos estados, da censura e do controle sindical. O governo centraliza as decisões políticas reprimindo os grupos considerados subversivos (comunistas, socialistas, anarquistas, liberais e integralistas) e investindo em uma propaganda política que

⁷ Uma crítica importante feita por José Murilo de Carvalho (2015 [2001]) e Maria Celina D’Araujo (2019 [2003]) reside na limitação das reformas sociais realizadas por Vargas, uma vez que ficam excluídos do usufruto desses direitos trabalhistas todos os trabalhadores informais, domésticos e rurais, justamente aqueles que compõem a maioria do contingente produtivo.

enaltece as suas ações e enfatiza a construção de um Brasil moderno (Capelato, 2019 [2003]; D'Araujo, 2019 [2003]).

Carlos Lacerda era jornalista quando Getúlio Vargas assumiu o poder. Inicia a sua carreira profissional em 1930 como auxiliar de Cecília Meireles no jornal *Diário de Notícias*. Desde então, escreve para periódicos esquerdistas, a exemplo das revistas: *Rumo*, *Revista Acadêmica* e *Seiva* e dos jornais: *Jornal do Povo*, *A Marcha* e *A Manhã*. Também colabora com diversos diários prestigiados no Rio de Janeiro, como *Diário Carioca*, *Correio da Manhã* e *O Jornal*, antes de criar o seu próprio veículo noticioso, qual seja: a *Tribuna da Imprensa*. O trabalho no jornalismo se dá paralelamente a traduções de livros, contos e peças teatrais que lhe rendem ganhos extras e certo prestígio intelectual⁸.

Segundo John Dulles (1992), Lacerda foi um paladino do comunismo durante a década de 1930, escrevendo artigos de oposição ao fascismo, além de críticas literárias, atuando como uma importante liderança do movimento estudantil carioca. A interpretação do brasilianista é reforçada por relatos memorialísticos de Carlos Lacerda (1978 [1977], p. 39, 43-44), quando este afirma que, partir de novembro de 1935, com as perseguições políticas promovidas contra a militância comunista, passa a viver em situação de clandestinidade, contando apenas com a ajuda de seus parentes e amigos, sendo preso diversas vezes em 1933, 1935, 1937 e 1939, devido à sua participação em comícios comunistas, à posse de livros comunistas e à acusação de ter distribuído panfletos trotskistas – à qual Lacerda nega.

No contexto internacional, a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) provoca a construção de frentes amplas antifascistas, fundamentadas no ressentimento e na violência promovida pelos movimentos e regimes fascistas⁹. Os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representantes de duas vias de desenvolvimento e de modelos de sociedade encarados como antagônicos, promovem uma aliança estratégica, com o fim de conter a expansão nazista (Hobsbawm, 2012 [1994]). Com

⁸ Entre os livros traduzidos por Carlos Lacerda nos anos 1940, temos: *Minha Mocidade*, de Winston Churchill (1941); *Os Estados Unidos de ontem e de hoje*, de Roy F. Nichols e William B. Bagley. (Em colaboração com F. Tude de Souza) (1941); *Pensamento Vivo de Confúcio*, de Alfred Doebelin (1942); *A Itália por dentro*, de Richard G. Massok (1943); *A vida de Thomas Jefferson*, de Francis W. Hirst (1943); *Do Escambo à Escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil – 1500-1580*, de Alexandre Marchant (1943); *A vida de André Gide*, de Klaus Mann (1944); *Miguel Ângelo*, de Romain Rolland (1944); *Pedro e Lucia*, de Romain Rolland (1945); *30 segundos sobre Tóquio*, de Ted W. Lawson (1949); e *Entre a vida e o sonho*, de Maria Luisa Bombal (1949). Na seara dos contos, Lacerda traduz: “A Morte de Ivan Ilitch”, de Liev Tostói (1944) e *O homem que podia fazer milagres*, de H. G. Wells (1947). Finalmente, duas peças teatrais: *A bomba atômica*, de Noton Sinclair (1947) e *O Ditador*, de Jules Romains (1948).

⁹ Hobsbawm (2012 [1994], p. 171-172) pontua, acertadamente, que, se no Ocidente, o fascismo era o inimigo comum neste período, na Ásia, África e no mundo islâmico, o imperialismo ou colonialismo promovido por Grã-Bretanha, França, Países Baixos, Bélgica e Estados Unidos é que havia se tornado o maior alvo da resistência. Os movimentos anti-imperialistas ganhavam força durante e após a Segunda Guerra, transformando-se em processos de libertação nacional, influenciados, em boa medida, pela URSS.

exceção temporária da Argentina e do Chile, todos os países da América Latina se vinculam aos Aliados (Reino Unido, França, União Soviética e EUA) na guerra contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), ampliando as pressões internas por mais liberdade e democracia (Bethell; Roxborough, 1996, p. 24).

Inicialmente, o governo brasileiro mantém-se neutro em relação ao conflito, promovendo transações comerciais com a Alemanha e os EUA. Porém, com o bombardeio alemão contra navios brasileiros, ocorrido no início de 1942, somado às pressões internas e externas, finalmente, Vargas toma partido e declara guerra à Alemanha, em 31 de agosto do mesmo ano, enviando uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália junto às tropas norte-americanas, em meados de 1944. A participação brasileira na guerra passa a ser explorada politicamente pela oposição à ditadura varguista, que reivindica a reconstitucionalização do país. Já em 1943, estudantes universitários, políticos marginalizados, jornalistas, entre outros grupos sociais e profissionais, mobilizam-se em prol da democratização, publicando manifestos, entrevistas e realizando passeatas (Capelato, 2019 [2003], p. 127-129).

Carlos Lacerda tenta alistar-se na FEB, porém, sem sucesso, assim como tem recusado o seu pedido para atuar como correspondente de *O Jornal* na Itália¹⁰. Após assumir posicionamentos divergentes em relação ao *modus operandi* de Assis Chateaubriand, proprietário de *O Jornal*, e negando-se a aceitar a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lacerda pede demissão e fica desempregado, até voltar a trabalhar no *Diário Carioca* e no *Diário de Notícias*, desde meados de 1943, e no *Correio da Manhã*, a partir de 1945, jornal que ajudaria a lançá-lo politicamente no Rio de Janeiro.

Outro aspecto importante nessa conjuntura diz respeito ao rompimento de Carlos Lacerda com o PCB. A pedido de Olympio Guilherme (1902-1973), então diretor da revista *Observador Econômico e Financeiro*, Carlos Lacerda escreve, em 1939, um artigo sobre a história do PCB, após consultar o Comitê Central do partido. O problema é que o texto gera descontentamento entre os dirigentes comunistas, que acusam o jornalista de traição, impondo o rompimento de relações entre os seus militantes e Lacerda. Desde então, ele passa a cultivar um ressentimento frente ao PCB, o qual seria somado ao apoio oferecido pelo partido a Getúlio Vargas na fase final do Estado Novo. Lacerda não aceita o argumento defendido por Luís Carlos Prestes (1898-1990) – nomeado secretário geral do PCB, em agosto de 1945 –, bem como pela direção carioca e baiana do PCB, segundo o qual o combate ao fascismo

¹⁰ LACERDA, Carlos. Cartas marcadas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 maio 1946.

implicaria o apoio incondicional à política de guerra e ao governo que a promovesse (Carone, 1982, p. 3-4; Lacerda, 1978 [1977], p. 42-51)¹¹. Desde meados de 1943 e, sobretudo, a partir de 1945, portanto, o apoio comunista a Vargas passa a ser um dos principais alvos das críticas lacerdistas.

Ainda é preciso dizer que o período situado entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria seria chave na história latino-americana. Conforme observam Leslie Bethell e Ian Roxborough (1996), o triênio 1944-1946 corresponde a uma conjuntura regional de democratização, com tendência à esquerda e de militância trabalhista. Nesse período, a democracia se consolida na Costa Rica, na Colômbia e no Chile, ganhando força em países com pouca ou nenhuma tradição democrática, a exemplo de Equador, Cuba, Panamá, Peru, Venezuela, México, Guatemala, Argentina, Bolívia e Brasil. O imperativo de derrotar o fascismo na Europa contribui para que diversas ditaduras sejam derrubadas no continente americano, ao mesmo tempo em que cresce a militância sindical e a influência política e eleitoral dos partidos comunistas. Consequentemente, surge uma reação à primeira onda democratizante por volta de 1947-1948, a qual resulta em repressão política contra os trabalhadores organizados e os comunistas, intervenção em sindicatos, proibição de greves, criminalização dos partidos comunistas, rompimento das relações diplomáticas com a URSS e direitização dos partidos reformistas. As expectativas democratizantes são frustradas na Argentina, no Equador, no Panamá e na Bolívia, enquanto nos países que mantêm regimes democráticos após 1945 (Uruguai, Chile, Costa Rica, Colômbia, Cuba, Guatemala, Peru, Venezuela e Brasil) percebe-se “[...] uma acentuada tendência a restringir ou anular a disputa política e a participação, a conter ou reprimir a mobilização popular e a frustrar as aspirações reformistas” (Bethell; Roxborough, 1996, p. 38).

A crise do Estado Novo, no Brasil, é acompanhada da mobilização estudantil, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), da recuperação da liberdade de imprensa, com a publicação de uma série de artigos e entrevistas favoráveis à reconstitucionalização do país, e da criação de novos partidos políticos, pioneiramente, em bases nacionais. Como ressalta Gláucio Soares (1973, p. 69-70), ao longo de 1945, entre outros partidos menores, são criados: o Partido Social Democrático (PSD), que reúne o *status quo* da ditadura varguista; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), cuja base principal de apoio reside na figura de Getúlio Vargas e nos sindicatos sob a sua influência; e a União

¹¹ A orientação adotada pelo PCB vai de encontro à política stalinista pós-1945, marcada pela proposta de coexistência pacífica, de manutenção da frente ampla contra o fascismo e de reivindicações (dentro da ordem) em prol de transformações sociais e políticas (Hobsbawm, 2012 [1994], p. 168).

Democrática Nacional (UDN), agremiação nascida da conspiração contra o governo de Vargas e na qual Lacerda ingressa em 1946. Entretanto, o único partido organizado em escala nacional, efetivamente, é o PCB, fundado em 1922 e ativo nas principais cidades e capitais do Brasil.

No caso da UDN, o novo partido político tem como um marco fundamental de sua criação o chamado “Manifesto dos mineiros” de 24 de outubro de 1943, um pronunciamento público de setores liberais descontentes com o regime instaurado em 1937. No documento, a democracia é fundamentada no moralismo cristão e na submissão de todos à pátria, ou seja, vislumbra-se uma democracia ordeira e não subversiva, ou que proponha grandes transformações sociais. Os direitos políticos são considerados como prioritários no Manifesto, que também reclama a liberdade econômica contra o intervencionismo estatal, o que não significa, porém, que os direitos sociais sejam totalmente esquecidos (Chaves, 2020).

Segundo Isabel Picaluga (1980) e Maria Benevides (1981), a UDN reúne um grupo bastante heterogêneo politicamente, incluindo: oligarcas afastados do poder depois da Revolução de 1930; antigos aliados de Getúlio Vargas que foram marginalizados ou decidiram se afastar do político gaúcho antes da queda do Estado Novo; grupos liberais com identidade regional; e setores da esquerda, com destaque para socialistas e comunistas dissidentes. Mas logo nos primeiros anos de vida do partido, os udenistas abandonam pautas de interesse popular, ao mesmo tempo em que veem os socialistas da Esquerda Democrática saírem do partido para formar o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Aos poucos, os udenistas se transformam no principal baluarte da oposição a Getúlio Vargas, bem como aos comunistas e aos trabalhistas, frequentemente questionando a legitimidade das eleições, a competência popular para participar da política e incitando os militares a intervirem nos momentos de crise.

Com o anúncio da candidatura do major-brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981), em fins de 1944, a transição política ganha mais força, e em fevereiro de 1945 fica definido que serão realizadas eleições para presidente da República em 2 de dezembro do ano corrente. Saem como candidatos dos principais partidos: o general e ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas, Eurico Dutra (1883-1974) – representante do PSD, com apoio do PTB e, posteriormente, de Vargas; Eduardo Gomes – representante da UDN, com apoio da Esquerda Democrática; e Iedo Fiúza (1894-1975) – candidato do PCB (Carone, 1985).

Ao mesmo tempo, cresce a oposição a Getúlio Vargas, acusado de ser fascista, ditador, demagogo e criticado por conta da forma pela qual se relaciona com os trabalhadores urbanos. Para uma parcela dos jornalistas – incluso Carlos Lacerda –, das classes médias e dos

políticos marginalizados após a Revolução de 1930, Vargas aparece como um líder carismático que controla as massas como bem entende. Tais críticas e suspeitas não são suficientes para conter o movimento popular conhecido como *queremista*, que reúne estudantes universitários, sindicalistas e aliados do ex-presidente (especialmente ministros, funcionários vinculados à estrutura do Ministério do Trabalho e do Departamento Nacional do Trabalho, membros do PTB e do PCB), engajados na sua permanência no poder e na preservação dos direitos trabalhistas conquistados ao longo dos últimos anos (Gomes, 2019 [1988]; Ferreira, 2003; Bethell, 1996).

O apoio popular não surte o efeito esperado, e Vargas é deposto em 29 de outubro de 1945 por meio de um golpe militar liderado pelo então ministro da Guerra, general Góis Monteiro (1889-1956). Assim, as eleições previstas para o mês de dezembro são realizadas sob o governo provisório de José Linhares (1886-1957), presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O candidato da situação, general Dutra, sai vitorioso com 3.251.507 votos (55%) contra 2.039.341 votos (35%) do major-brigadeiro Eduardo Gomes (Carone, 1985), fato lamentado por Carlos Lacerda, uma vez que o candidato udenista recebe o seu apoio sistemático.

Dutra assume o governo federal no fim de janeiro de 1946, e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte são iniciados em 2 de fevereiro, reunindo 328 parlamentares que discutem a nova ordem institucional do país durante 7 meses, até a promulgação da Constituição em 18 de setembro do ano corrente. O PSD e a UDN são os partidos dominantes na elaboração do projeto constitucional, com 19 e 10 representantes, respectivamente, enquanto o PTB não obtém mais do que dois representantes e os demais partidos, somente um (Trigueiro, 1983).

Nesse sentido, os principais eventos que se colocam são: i) a realização das eleições de 2 de dezembro de 1945 para presidente da República e membro da Assembleia Nacional Constituinte; ii) o *queremismo*; e iii) a Constituinte de 1946 (Carone, 1985, p. 9). Carlos Lacerda se debruça sobre eles na condição de jornalista, explorando o tom polêmico das discussões, inclusive, sendo alvo de duas tentativas de sequestro ao longo de junho de 1946¹², quando acompanha os trabalhos da Constituinte por meio de sua coluna no *Correio da Manhã*, fato que evidencia o quanto a conjuntura é marcada por radicalização e violência políticas. Em todo caso, é preciso atentar não somente para o contexto, como também para as

¹² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 jun. 1946.

ideias políticas que esse personagem defende durante a transição de 1945, objetivo que pretendo cumprir a seguir.

Análise das ideias políticas de Carlos Lacerda na transição política de 1945

Neste trabalho, defino Carlos Lacerda como um ideólogo. Segundo Norberto Bobbio (1997 [1977]), este tipo de intelectual se diferencia dos *expertos* ou especialistas por fornecer princípios-guia que orientam a ação e o comportamento das pessoas. Os ideólogos formulam os meios sobre os quais se justifica uma ação, seguindo uma ética da convicção, cuja fidelidade reside mais em certos princípios do que nas consequências de sua aplicação prática. Carlos Lacerda representa um caso interessante desse ponto de vista porque, embora não seja um criador de novas teorias políticas, filosóficas ou sociológicas, atua justamente no campo da divulgação de ideias, valores e princípios com o fim de orientar o comportamento de seus (e)leitores em termos de relações, mudança ou conservação do poder. Os seus artigos publicados no *Diário Carioca* e no *Correio da Manhã*, conseqüentemente, devem ser vistos menos enquanto descrições da realidade, e mais na categoria de produtos ideológicos construídos no calor do momento visando à intervenção no campo político.

Como já foi dito, Carlos Lacerda ataca Luís Carlos Prestes devido ao apoio oferecido pelo líder comunista à permanência de Getúlio Vargas no poder. Segundo o jornalista, qualquer força progressista do país deveria defender a soberania da Assembleia Nacional Constituinte e o direito do povo eleger um novo presidente da República, sem os quais não poderia ser desfeita a ditadura¹³. A postura dos comunistas diante do líder gaúcho seria uma afronta a todos os militares que lutaram na Europa pela democracia para, então, ter que assistir à glorificação do ditador em seu próprio país. Afronta também contra as pessoas que foram perseguidas pelo Estado Novo e/ou que lutaram pela restauração da liberdade no país – chamadas de “desordeiras”, por Prestes. Assim, o jornalista questiona:

Se for verdade que Getúlio pode presidir eleições livres, [...] para que morreram os nossos irmãos? Para prestigiar Getúlio? Onde está a consciência dos homens deste país? Como se pode entregar ao ditador o sangue dos moços que morreram pela democracia negada em sua pátria?¹⁴.

Carlos Lacerda enaltece a presença das “multidões” nas ruas em protesto contra a ditadura varguista, ressaltando a iniciativa de jornalistas, jovens e sindicatos, além da “união

¹³ LACERDA, Carlos. Deve ser engano. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1945.

¹⁴ LACERDA, Carlos. A mão estendida e a liquidação moral. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 maio 1945. p. 2.

das elites com o povo” a fim “de restaurar a dignidade perdida”. A marcha do povo pelas ruas demonstraria que ele não perdeu o gosto pela liberdade que lhe foi tolhida em 1937, nem esqueceu a violência política praticada por ordem do governo. Por outro lado, a transição para a democracia e a restauração da ordem ainda seriam ameaçadas pela interferência de Vargas e de seus “amigos” nesse processo. Em seguida, o jornalista reforça o seu argumento de que é necessário retirar do poder aqueles que governam o Brasil desde o início da ditadura, sem o que se comprometeria a democracia, regime que se fundamentaria na liberdade, na verdade e na “vontade popular”. Para tanto, elogia a candidatura de Eduardo Gomes, “resultante de uma convocação reivindicadora de caráter nacional e democrático”, “expressão política imediata de um vasto movimento de recuperação” organizado por homens cuja “vocação libertária” seria incontestável. A eleição do brigadeiro da Aeronáutica é interpretada como a única forma de dar sequência   renovação política e moral que o país precisa, demandando a suspensão temporária de divergências políticas e ideológicas em prol da unidade contra o “nazismo interno” representado pelo Estado Novo¹⁵. E acrescenta em outro artigo:

A Constituinte está dividida entre reacionários e revolucionários. Assim como a reação não implica necessariamente nas prisões, nos ex lios e torturas, a revolução não significa fatalmente tomada de armas e assalto ao poder. A revolução branca, a insurreição de consciências, da qual foi e felizmente ainda   comandante-em-chefe, neste país, o brigadeiro Eduardo Gomes, continua. Está hoje nas mãos da oposição democrática a continuação da luta. E que não lhe falte nem a voz nem o voto¹⁶.

Essa passagem é interessante porque expressa uma disputa pelos significados dos conceitos políticos –neste caso, o de revolução. Embora o conceito, em sua definição moderna, costume ser associado a movimentos bruscos e violentos por meios dos quais são operadas transformações substanciais nas estruturas de uma sociedade, Carlos Lacerda defende uma interpretação distinta, vinculando “revolução” a mudanç as realizadas de forma pacífica e democrática, perspectiva essa que o aproxima muito mais do reformismo do que do pensamento revolucionário socialista. Conforme explica Domenico Settembrini (1995 [1983]), o reformismo se diferencia do revolucionarismo na medida em que visa aperfeiçoar a democracia liberal e o sistema capitalista, de maneira gradual e pacífica. Já os revolucionários socialistas entendem que a ordem existente não   desejável ou passível de ser melhorada nos termos da democracia liberal e do capitalismo, demandando a sua mais plena e rápida superação, nem que para isso seja necessário o recurso   violência. A primeira perspectiva,

¹⁵ LACERDA, Carlos. A revolução branca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1945.

¹⁶ LACERDA, Carlos. Ação e reação - transação, nunca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1946. p. 2.

com a qual Lacerda identifica-se, pauta-se pela garantia de bem-estar social, liberdade e democracia para o maior número de pessoas, enquanto a segunda, presente no marxismo-leninismo, pauta-se pela emancipação do indivíduo frente a quaisquer formas de dominação ou opressão, tendo no socialismo o seu único horizonte de expectativa. A primeira vincula-se à ideia de colaboração de classes; a segunda, à luta de classes.

Em relação ao contexto internacional pós-guerra, o jornalista prevê, inclusive, que o socialismo e o individualismo não serão mais os polos principais de divisão da sociedade global, isto porque a experiência das duas guerras mundiais teria demonstrado que a tolerância surgiria no lugar dos extremos políticos em tempo próximo. E das ruínas da polarização política característica da primeira metade do século haveria de ser construída uma ordem individual-socialista, que, ao mesmo tempo em que toma as necessidades do indivíduo como a sua maior motivação, não deixa de se limitar ao plano jurídico-institucional da democracia liberal:

O que realmente vimos surgir desta guerra foi o individualismo socialista, antinomia dantes incompreensível e hoje real, cada vez mais evidente aos olhos daqueles que encarnam o futuro com os inestimáveis instrumentos de aferição que são os da tradição e da evolução histórica. Digamos com todas as letras – individualismo socialista. Essa a primeira realidade, o primeiro grande elemento da fórmula que surge nesta nebulosa história dos tempos por vir. Na medida em que tenhamos compreendido o que isto encerra de útil, conseguiremos discernir os elementos da nova sociedade que vemos emergir com as primeiras luzes da paz¹⁷.

Compartilho da observação feita por Jorge Chaloub (2018, p. 385), que destaca a ausência de linearidade na trajetória e no pensamento político de Carlos Lacerda, além de sua busca por conciliação entre “ideias e valores aparentemente contraditórios”, a exemplo de liberdade e igualdade, planejamento econômico e iniciativa privada. Ao analisar os textos publicados pelo referido jornalista nos idos da transição política de 1945, é possível observar a tentativa de elaborar uma síntese entre socialismo, liberalismo e democracia, apropriados a partir de correntes intelectuais e políticas: i) brasileiras, na linha de Rui Barbosa (1849-1923), Armando de Sales Oliveira (1887-1945) e Virgílio de Melo Franco (1897-1948); ii) norte-americanas, com referências a Thomas Jefferson (1743-1826) e John Dewey (1859-1952); e iii) britânicas, com destaque para Harold Laski (1893-1950) e Winston Churchill (1874-1965). Daí a dificuldade de situar o pensamento político do personagem em apenas um campo ideológico precisamente delimitado.

¹⁷ LACERDA, Carlos. “Memorandum” sobre a nova era. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 set. 1945. p. 1.

Como já foi indicado neste trabalho, as eleições de 2 de dezembro de 1945 são um dos principais marcos da transição política, reunindo candidaturas dos principais partidos, a saber: PSD, UDN e PCB, com exceção do PTB, que abdicou de lançar candidato próprio, apoiando o general Dutra (PSD). Carlos Lacerda acompanha de perto a campanha eleitoral, lançando críticas contundentes à candidatura de Iedo Fiúza (PCB), acusado de ter desviado dinheiro público no período em que esteve na direção do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER). O engenheiro civil teria negociado junto à firma G. Fiuza & Cia a compra de 100.000 sacas de cimento importado para o DNER, com uma diferença de Cr\$ 1.650.00,00 a mais no valor cotado. Além disso, o jornalista menciona a compra de cerca de 15 propriedades, entre prédios, apartamentos e terrenos, cujo valor montante seria completamente incompatível com a renda do candidato do PCB¹⁸.

Na avaliação de Lacerda, a candidatura de Iedo Fiúza estaria servindo ao integralismo, na medida em que tira votos de Eduardo Gomes (UDN), possíveis de serem obtidos junto à esquerda e aos trabalhadores, facilitando a vitória do general Dutra (PSD), apoiado pelos integralistas. Além disso, haveria o fato de que Prestes, padrinho da campanha de Fiúza, teria conspirado com Vargas para garantir a sua permanência no poder. Nesse sentido, Lacerda afirma que a candidatura Fiúza é nada mais que um blefe com o intuito de desorientar as forças democráticas e cancelar a vitória de Dutra¹⁹.

Apesar de criticar a ação política de Prestes, Lacerda rejeita a repressão política contra os comunistas, preconizando o seu direito de manifestação e organização, inclusive, partidária. Em resposta a Mario Pereira (crítico de seu posicionamento), o jornalista diz que, embora a existência legal do PCB não seja indispensável à democracia, o autoritarismo utilizado em sua repressão seria uma tragédia para o país – o que não significa liberdade completa de atuação do partido²⁰. O mesmo argumento é defendido em diversos artigos publicados entre 1945 e 1946, no auge da campanha de criminalização PCB, cujo desfecho ocorre em maio de 1947 (TSE, 1947)²¹. Para o jornalista, o fechamento do PCB seria equivocado, tanto pelo fato de que abriria precedentes para a instauração de uma nova ditadura²², quanto em razão de corroer o princípio pluralista desejável às democracias

¹⁸ LACERDA, Carlos. Fiuza no cambio negro do cimento. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1945.

¹⁹ LACERDA, Carlos. Fiuza a serviço do integralismo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1945.

²⁰ LACERDA, Carlos. Assassinos por amor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1945.

²¹ Disponível em:

https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justica_eleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@_@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.

²² LACERDA, Carlos. Bico doce. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1946.

modernas, expresso na convivência entre partidos e forças políticas defensoras de ideologias distintas, bem como na tolerância, na aceitação do dissenso e da derrota²³.

O problema é que, em suas reflexões sobre o tema, o colunista deixa claro que a legalidade do PCB só seria aceitável na medida em que os comunistas não apresentassem forças política e eleitoral significativas, interferindo na direção do país. Não fica claro qual posicionamento Carlos Lacerda adotaria no caso em que o PCB continuasse na legalidade e competisse de igual para igual com o PSD, o PTB e a UDN. Em todo caso, é nítido que o PCB é visto pelo jornalista como uma ameaça potencial à ordem e que, caso fosse necessário, deveria ser impedido de governar. O viés anticomunista presente em seu discurso ainda está em fase de maturação, mas, aos poucos, ele ganha maior entonação, passando a ser utilizado como justificativa para golpes de Estado, sobretudo a partir do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954.

As críticas à experiência revolucionária soviética são fundamentadas na leitura de uma série de livros estrangeiros publicados por intelectuais perseguidos por estes regimes, a exemplo de Harold Laski²⁴ e Arthur Koestler (1905-1983)²⁵, bem como em sua própria experiência política recente. Assim, em discurso pronunciado durante um almoço oferecido em 2 de janeiro de 1946 por “escritores católicos”, políticos e “escritores de esquerda” em homenagem à Carlos Lacerda, este afirma que o seu rompimento com o comunismo foi produto da discordância relativa aos meios utilizados para a realização do ideal de emancipação do homem. O jornalista rechaça, principalmente, o recurso ao regime autoritário e ditatorial, argumentando que o socialismo só deveria ser instaurado de modo democrático. Após criticar a orientação política adotada pelo PCB, argumenta que o socialismo teria que adotar uma direção reformista no Brasil, para, então, oferecer uma alternativa real ao fascismo e ao comunismo anacrônico²⁶. Em suas palavras,

O socialismo a estruturar no Brasil em formas partidárias deve começar por se proclamar reformista. Corajosamente deve empunhar a bandeira da Reforma Social, [a] despeito da campanha de desdém que o partido comunista lhe [move]. Um socialismo que, a partir das verificações de Marx, não contraditadas pela Igreja e outras forças sociais ponderáveis, aproveite a contribuição positiva da revolução russa e renove o ideário e as táticas socialistas, dando-lhes vigor, autenticidade e atualidade, num esforço

²³ LACERDA, Carlos. Alguma luz há de restar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1945.

²⁴ Cf. LACERDA, Carlos. A revolução russa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1946; LACERDA, Carlos. A revolução russa II. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1946.

²⁵ Cf. LACERDA, Carlos. Anatomia de um mito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1946; LACERDA, Carlos. Os deuses de pés de barro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1946; e LACERDA, Carlos. Um programa para os desesperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1946.

²⁶ LACERDA, Carlos. Discurso de agradecimento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1946.

cotidiano de organização e esclarecimento, vencerá as duas formas de reação de nosso tempo: a pura e simples reação dos remanescentes fascistas e a reação do obsoleto e anacrônico partido comunista, menos interessado em chegar ao poder do que em impedir toda concorrência que lhe possa disputar, com vantagem e apoio popular²⁷.

Pensando na UDN, especificamente, Carlos Lacerda avalia que a defesa da democracia deve ser realizada a partir da organização de um partido, cujo programa se desenvolvesse no meio termo entre o marxismo e o liberalismo ortodoxos, o que ele chama de “socialismo moderno”²⁸. A UDN seria o único partido realmente democrático, fundado sob a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, na luta contra a ditadura e na defesa da liberdade e da democracia²⁹. O tom otimista atribuído à UDN, porém, não é permanente em suas avaliações. Em diversas oportunidades, Carlos Lacerda questiona a tendência governista do partido, seus flertes com o governo Dutra, o distanciamento de suas lideranças em relação ao povo e a ausência de discussão sobre temas importantes, como a reforma agrária, apenas em função de cálculos eleitorais que ele considera mesquinhos³⁰.

Vale lembrar das críticas feitas por Jorge Chaloub (2015) à linha política adotada pela UDN. Embora os seus membros ataquem o Estado Novo, em última instância, são coniventes com as heranças desse regime, até porque os udenistas demonstram ser bastante temerosos no que tange à autonomia da participação política dos trabalhadores, preferindo, em função disso, a sua exclusão do campo político. Por sua vez, Benevides (1981) já havia alertado que o udenismo surge separando liberalismo e democracia. A democracia que os udenistas defendem é o governo das classes médias, da porção ilustrada da sociedade, e não o governo da plebe. Em outras palavras, trata-se de uma democracia das elites. O grande dilema dos udenistas reside em que, ao se voltar para o passado, para a sua herança liberal, eles prescrevem um liberalismo elitista e autoritário, com baixíssimo grau de participação política. E ao se voltarem para o futuro, para o período pós-1945, eles têm dificuldade de aceitar a extensão dos direitos políticos, enfim, a democracia. “A ambigüidade se revela: progressista, enquanto inimiga do estado fascista; reacionária enquanto seduzida no saudosismo histórico. Em outros termos, a UDN é *progressista no que se opõe, reacionária no que propõe*” (Benevides, 1981, p. 250).

Na avaliação de Carlos Lacerda, a construção da democracia no Brasil não pode ser conduzida apenas por meio da ação das elites, demandando o engajamento do maior

²⁷ LACERDA, Carlos. Discurso de agradecimento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1946. p. 2.

²⁸ LACERDA, Carlos. Hosana a Minas nas alturas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1946.

²⁹ LACERDA, Carlos. Para que servem eleições. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1946.

³⁰ LACERDA, Carlos. Um programa para os desesperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1946.

número possível de pessoas, chamadas a experimentar uma “educação política” ou campanha de “esclarecimento” que permita realizar a “reforma social” que o povo precisa, sem se sujeitar a quaisquer ditadores, como Vargas, Plínio Salgado (1895-1975) e Prestes³¹. Todavia, os apelos à soberania popular não devem ser confundidos com o reconhecimento da legitimidade da participação popular permanente, ou seja, para além dos períodos eleitorais ou de crise, muito menos o reconhecimento da capacidade do povo para tanto. São frequentes os elogios às elites e a seu papel dirigente, contrapostos a uma suposta imaturidade e despreparo do povo para o governo, aspectos esses que também foram abordados por Debert (2008 [1979]), Delgado (2006), Chaloub (2015, 2018), Ferreira (2021) e Joviano *et al.* (2022).

Em artigo publicado no *Correio da Manhã* durante os trabalhos da Constituinte, o colunista convida os “melhores homens” do país a promoverem uma ampla campanha de “esclarecimento” da população sobre os seus principais desafios e as formas de enfrentá-los, percebendo-se o fato de que, em nenhum momento, Lacerda sugere um diálogo recíproco, a partir do qual ambos os lados possam aprender um com o outro. Ou seja, em seu entendimento, parece ser evidente que o conhecimento sobre os problemas da população é de posse exclusiva de um grupo seleto de pessoas, identificado como os “melhores homens”, expressão que aparece como sinônimo de elites nos textos lacerdistas. Não se trata, segundo essa perspectiva, de consultar a população, ouvi-la e canalizar as suas demandas, mas sim de “esclarecê-la”, de cima para baixo:

Nesta ordem de ideias, devemos considerar imediatamente a necessidade de nos unirmos, numa confluência de nossos caminhos, para uma obra de esclarecimento e de entendimentos. Que os melhores homens deste país, na plena consciência de suas responsabilidades, organizem missões culturais dentro de um plano mínimo mas cuidadosamente estudado, para levar às populações de cada cidade, de cada vila, de cada arraial do Brasil, não o apelo fugaz dos comícios, mas as certezas permanentes das conferências e dos debates sobre as verdades essenciais adormecidas na consciência de cada um e que tanto necessitam despertar para que, no calor que delas irradia o povo se reconforte e se ilumine a Nação³².

O discurso político adotado por Carlos Lacerda é coerente com a crença, bastante em voga nas décadas de 1920, 1930 e 1940, segundo a qual o povo não possui maturidade ou consciência política suficiente para participar do governo, devendo ser tutelado por seus representantes políticos, instituindo-se uma espécie de democracia “ilustrada” ou, mais precisamente, uma “democracia das elites” (Ferreira, 2020, 2021, 2022). Ainda que o jornalista enalteça a soberania e a participação popular, é perceptível o entendimento de que a

³¹ LACERDA, Carlos. Melhor, combateremos à sombra! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1946.

³² LACERDA, Carlos. Missões culturais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1946. p. 5.

democracia é um regime a ser construído no futuro, a depender da capacidade de aproximação entre elites e povo e, sobretudo, da educação cívica popular. Enquanto isso não ocorrer, na perspectiva de Lacerda, o povo continuará sendo usado como massa de manobra de demagogos e líderes carismáticos, preocupados apenas com os seus próprios interesses. Logo, cria-se um paradoxo: a democracia é fundamentada na soberania popular, na formação de governos do povo e para o povo, mas este não estaria preparado para tomar as principais decisões que afetam a vida coletiva. Como resolver esse impasse?

Em todo caso, dentro de uma perspectiva reformista, o jornalista defende a realização de ações políticas que ampliem o bem-estar da população brasileira num quadro geral de democracia e liberdade. Assim, Carlos Lacerda cita a melhoria do transporte público como uma das principais demandas do povo carioca, vinculada tanto a questões sanitárias como sociais e econômicas. Menciona o metrô como um meio de transporte que poderia ajudar no deslocamento urbano, mas considera a sua instalação muito onerosa. Mais prática seria a abertura de túneis, cujo planejamento já foi realizado pela Prefeitura. Além disso, a melhoria do transporte seria uma ação fundamental do ponto de vista da democracia, na medida em que ampliaria o tempo livre da população e as possibilidades de instrução e discussão cívica:

Com a abertura de túneis, a população se distribuirá melhor pelas áreas urbanas e suburbanas. Com maior facilidade de acesso ao trabalho, terá mais tempo para descansar. Com mais lazer, encontrará mais tempo para pensar, para se educar, para se divertir. Com mais tempo para pensar, instruir-se, descansar o espírito, mais se compenetrará dos seus direitos e dos seus deveres cívicos³³.

As suas reflexões sobre a qualidade do transporte público sugerem que ele não se preocupa apenas com as mudanças institucionais e jurídicas, crítica essa tradicionalmente atribuída aos liberais no Brasil e que remete à contraposição entre “país legal” e “país real”, vigente entre as décadas de 1920 e 1940, aproximadamente³⁴. O jornalista em destaque, neste trabalho, também defende o engajamento dos partidos e dos governos na melhoria das condições de vida da população, tendo em vista o seu lazer, instrução, alimentação e o trabalho. Daí que Carlos Lacerda ressalte, em vários momentos, a necessidade de se construir um movimento democrático reformista, capaz de conciliar os ideais de liberdade e igualdade

³³ LACERDA, Carlos. A democracia, o senhor Penteado e o túnel. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1946. p. 2.

³⁴ A contraposição antes referida serviu de base para as críticas formuladas à Primeira República por ideólogos autoritários, como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral, os quais se empenharam na proposição de vias de desenvolvimento alternativas ao capitalismo liberal clássico e ao socialismo. Sobre o assunto, ver Ângela de Castro Gomes (2019 [1988]).

com princípios cristãos, a exemplo da caridade, da fraternidade e do amor ao próximo. Tudo isso sintetizado em uma “terceira via” embrionária, diferente do capitalismo e do socialismo; nem tão materialista que submeta o indivíduo à acumulação de riqueza nas mãos de poucos; nem tão espiritualista que ignore as condições reais de existência das pessoas, bem como suas demandas de consumo.

Com os olhos voltados para o contexto internacional, Lacerda expõe a sua expectativa de que, do choque entre os modelos políticos e econômicos representados pelos EUA e pela URSS, surja uma terceira “civilização” capaz de reunir o melhor do progresso material e técnico conquistado nos últimos séculos com o ideal cristão perdido desde então³⁵. Afirma, ainda, que o estatismo econômico deve dar lugar a formas mais descentralizadas e que envolvam a efetiva participação do povo nos negócios públicos. De outro lado, a reforma agrária precisaria ser discutida o quanto antes, mas sem que por isso se entenda simplesmente a distribuição de terras em benefício dos lavradores, pois esta medida seria completamente contraproducente. Aproveita para enfatizar que o papel último do Estado deve ser “[...] assegurar condições pelas quais o indivíduo possa atingir a sua própria e relativa felicidade”, de onde se tem uma clara valorização do individualismo³⁶.

A sua preocupação com a economia e com o papel do indivíduo também aparece em textos nos quais ressalta a valorização do trabalho e a tributação dos mais ricos. Ao comentar a efetivação dos extranumerários no governo Dutra, Carlos Lacerda defende a justiça na origem desse ato, argumentando ser preciso garantir o direito ao trabalho e reduzir o custo dos gêneros de primeira necessidade “[...] pelo efetivo controle dos lucros, baseado no custo da produção”³⁷. Em outro artigo, pensando na resolução do problema do abastecimento no país, Lacerda propõe ao presidente da República a mobilização do Exército, a obrigatoriedade do trabalho de jovens no campo, uma vez por ano, além da atração de imigrantes. E sugere algum tipo de tributação sobre os mais ricos, encarando essa questão como de vida ou morte³⁸. Fica implícito, portanto, que, para o jornalista, a economia não deve funcionar sem qualquer interferência externa, estando vinculada à oferta de condições dignas de sobrevivência para toda a população.

Em outra oportunidade, Carlos Lacerda publica um artigo que reproduz o seu discurso feito na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a convite da Resistência

³⁵ LACERDA, Carlos. Contribuição a um exame de consciência nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1946.

³⁶ LACERDA, Carlos. Missões culturais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1946. p. 5.

³⁷ LACERDA, Carlos. Efetivação dos extranumerários. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1945. p. 2.

³⁸ LACERDA, Carlos. As aves que aqui gorgeariam (Segunda carta ao Presidente da República). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 set. 1946.

Democrática, movimento de tendência católica, ligado ao Centro Dom Vital, criado em 1945 com o objetivo de lutar pela extinção da ditadura do Estado Novo (CPDOC, 1983). No referido pronunciamento, o jornalista afirma que a reforma agrária é uma questão central no país, seja porque a maioria da população vive no campo, seja porque o avanço da industrialização, isto é, a modernização econômica do país, dependeria do barateamento da produção, o que somente seria possível mediante a realização de uma reforma agrária. A questão, portanto, não seria discutir a convivência da reforma, mas sim o meio de executá-la: se com expropriação seguida de indenização aos proprietários ou com expropriação sem indenização. De outro lado, a organização do povo em cooperativas seria fundamental para conferir um sentido político e prático ao seu cotidiano:

A reforma agrária tem sido apresentada com feição truculenta de espoliação do proprietário agrícola. Na realidade, a reforma agrária significa: planejamento da terra e do seu cultivo; estações experimentais; estudo e fornecimento de sementes; imigração para dar densidade demográfica a este país, sem a qual se torna impossível a colonização, o saneamento, e mais impossível o transporte; e muito mais, ainda, se quisermos o desbravamento, a colonização e a formação do mercado interno. Assim, diante desse complexo de problemas contidos na expressão 'reforma agrária', vê-se facilmente que a questão da propriedade da terra, que comunistas e anticomunistas consideram principal, passa a mero detalhe, aspecto complementar da reforma agrária. Seja como for, nenhum partido poderá ter aqui subsistência e merecer o respeito público se não encarar, como a primeira e mais fundamental de suas tarefas de governo a reforma agrária.

[...]

Por outro lado, o único meio de interessar o povo no seu próprio destino é dar-lhe os moldes, ensinar-lhe os processos de acordo com os quais, organizando-se, ele viva de modo cotidiano seus problemas, elevando-se progressivamente no trato deles, até atingir a concepção superior que propriamente se pode chamar concepção política da nação. Neste sentido, a organização básica das cooperativas de produção e de consumo constitui – e não podia deixar de constituir – a base econômica para a democracia no Brasil³⁹.

A defesa da reforma agrária em um país ainda marcado pelo predomínio econômico e político das oligarquias, sem dúvida, não é uma medida sem importância. A estrutura latifundiária herdada do período colonial provoca uma série de desequilíbrios e injustiças sociais, além de fundamentar um regime de exploração do trabalho camponês e a manutenção de currais eleitorais, fenômeno ao qual passamos a conhecer como coronelismo⁴⁰.

³⁹ LACERDA, Carlos. Um programa para os desesperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1946. p. 4.

⁴⁰ Em estudo clássico sobre esse fenômeno, Victor Nunes Leal (1986 [1949]) define o coronelismo como produto de uma deformação do sistema representativo, para fins privados, fundamentada na concentração da propriedade fundiária. Sua manifestação mais evidente se dá na figura dos coronéis, chefes políticos locais que

Por outro lado, Carlos Lacerda vincula a reforma agrária ao cooperativismo, fenômeno que ele passa a estudar de perto em sua viagem à Europa, entre julho e outubro de 1946 (Lacerda, 1947). A sua perspectiva sobre esse problema, portanto, está perfeitamente alinhada com o reformismo, prescrevendo a modernização econômica do país e o aperfeiçoamento do capitalismo sem, contudo, advogar pela superação da ordem existente em prol da criação de uma nova ordem social e econômica. Tratar-se-ia de promover maior justiça social, igualdade e liberdade, sem que o Estado sufocasse os direitos individuais. O problema talvez mais evidente na posição adotada por Lacerda é o impedimento à participação das camadas populares no governo, sempre associadas à falta da consciência política necessária para tanto.

Conclusão

Neste artigo, busquei examinar as ideias políticas formuladas por Carlos Lacerda durante a transição de 1945, considerando textos publicados por ele nos jornais *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*, entre os anos de 1945 e 1946. O período em questão é considerado pela historiografia como importante na construção da identidade política e ideológica do personagem, sobretudo, em razão do rompimento de Carlos Lacerda com os comunistas, de sua oposição sistemática a Getúlio Vargas e aos seus herdeiros políticos, e do seu ingresso na UDN. Porém, costuma-se ignorar o viés reformista presente em seus textos, dando-se muito mais atenção aos alvos de suas críticas.

Sem dúvida, o anticomunismo é um traço marcante do pensamento político de Carlos Lacerda. O trauma deixado pelo afastamento relativo a antigos colegas e amigos de militância, combinado à frustração com o apoio oferecido pelo PCB a Vargas, no período final do Estado Novo, permearam os textos e a memória de Carlos Lacerda durante toda a sua vida, sendo registrados, inclusive, em entrevistas cedidas pouco antes de sua morte (Lacerda, 1978 [1977]). Além disso, o jornalista divergia dos caminhos tomados pela Revolução Russa de 1917, em particular, do autoritarismo presente no regime stalinista (1927-1953), manifesto em práticas de tortura, assassinato, censura, no expansionismo territorial, em restrições ao direito de ir e vir dos cidadãos russos, expropriação de terras e centralização do poder político no líder e no partido. Porém, o abandono da perspectiva revolucionária socialista não deve ser tomado como uma rejeição às pautas que motivaram historicamente as esquerdas, a exemplo da igualdade.

mantém, sob o seu domínio ou controle uma extensa rede de agregados, exercendo um poder arbitrário através de milícias privadas e da ocupação de cargos públicos.

É possível observar um viés claramente reformista no pensamento político do jornalista, no biênio 1945-1946, por meio da atenção conferida à questão do abastecimento, da reforma agrária, do trabalho, da educação, da liberdade de expressão e organização política. Para Carlos Lacerda, a construção da democracia, no Brasil, não deveria passar apenas pelo restabelecimento da Constituição, dos partidos, das eleições, da liberdade de imprensa e do funcionamento do Poder Legislativo, por mais importantes que estas instituições fossem. À democracia formal, para recuperar uma expressão muito em voga naquele período, haveria de se ter o complemento de uma democracia real ou substancial, vinculada à garantia de direitos fundamentais, como o transporte, a saúde, a educação, a moradia, a alimentação e o trabalho. O país teria de experimentar, em sua avaliação, um processo de aprofundamento e ampliação das reformas sociais introduzidas por Vargas, mas em um ambiente democrático, no qual a colaboração das classes não significasse a submissão dos trabalhadores ao Estado ou o cerceamento dos direitos políticos da população.

Por outro lado, nota-se um posicionamento ambivalente do autor em relação aos direitos políticos. Se Carlos Lacerda advoga a importância da soberania e da participação popular na construção da democracia, também expressa o entendimento de que a “imaturidade das massas populares” é um obstáculo significativo ao alcance deste ideal⁴¹. O jornalista situa-se, nesse sentido, em um ambiente cultural, ainda, fortemente marcado pela crença no papel dirigente das elites e no despreparo político do povo, ao qual a participação no governo fica condicionada à sua instrução, não somente escolar, como também cívica⁴². Daí as limitações da perspectiva reformista apresentada pelo personagem, que ao longo de toda a sua trajetória cultiva um nítido receio quanto à possibilidade de ampliação dos direitos políticos, defendendo uma definição elitista da democracia, vista não como o governo do povo e para o povo, mas sim como o “governo dos melhores”.

Referências

Documentos

Acervos

HEMEROTECA DIGITAL DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BN).
Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 out. 2022.

⁴¹ LACERDA, Carlos. Um programa para os desesperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1946.

⁴² LACERDA, Carlos. Carta aos ministros militares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1946.

Jornais

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 20 jun. 1946.

LACERDA, Carlos. “Memorandum” sobre a nova era. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 set. 1945.

LACERDA, Carlos. A democracia, o senhor Penteadado e o túnel. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1946.

LACERDA, Carlos. A mão estendida e a liquidação moral. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 maio 1945.

LACERDA, Carlos. A revolução branca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 abr. 1945.

LACERDA, Carlos. A revolução russa II. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 fev. 1946.

LACERDA, Carlos. A revolução russa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 fev. 1946.

LACERDA, Carlos. Ação e reação - transação, nunca. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1946.

LACERDA, Carlos. Alguma luz há de restar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 jul. 1945.

LACERDA, Carlos. Anatomia de um mito. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 nov. 1946.

LACERDA, Carlos. As aves que aqui gorgeliam (Segunda carta ao Presidente da República). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 set. 1946.

LACERDA, Carlos. Assassinos por amor. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1945.

LACERDA, Carlos. Bico doce. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1946.

LACERDA, Carlos. Carta aos ministros militares. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 nov. 1946.

LACERDA, Carlos. Cartas marcadas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 maio 1946.

LACERDA, Carlos. Contribuição a um exame de consciência nacional. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 nov. 1946.

LACERDA, Carlos. Deve ser engano. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 ago. 1945.

LACERDA, Carlos. Discurso de agradecimento. *Coreio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1946.

LACERDA, Carlos. Efetivação dos extranumerários. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1945.

LACERDA, Carlos. Fiuza a serviço do integralismo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 22 nov. 1945.

LACERDA, Carlos. Fiuza no cambio negro do cimento. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 nov. 1945.

LACERDA, Carlos. Hosana a Minas nas alturas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 nov. 1946.

LACERDA, Carlos. Melhor, combateremos à sombra! *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 dez. 1946.

LACERDA, Carlos. Missões culturais. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2 jun. 1946.

LACERDA, Carlos. Os deuses de pés de barro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1946.

LACERDA, Carlos. Para que servem eleições. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1946.

LACERDA, Carlos. Um programa para os desesperados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1946.

Bibliografia

ALMINO, João. *Os democratas autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERLANZA, Lucas. *Lacerda: a Virtude da Polêmica*. São Paulo: LVM Editora, 2019.

BETHELL, Leslie. Brasil. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 65-112.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. A conjuntura do pós-guerra na América Latina. In: BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 17-61.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais e poder. In: *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997 [1977]. p. 67-90.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 [2003]. p. 103-138.

CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 2.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 59-84. ISSN: 1808-8031

CARONE, Edgard. *A República Liberal II: evolução política (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 [2001].

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. *O liberalismo entre o espírito e a espada: a UDN e a República de 1946*. 2015. 311f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. O Liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 4, p. 385-428, outubro-dezembro de 2018.

CHAVES, Cintya. Democracia(s)? Algumas considerações sobre abertura política de 1945 na (entre)vista de José Américo e no Manifesto Mineiro. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 25, n. 43, p. 311-324, jul./dez. 2020.

COSTA PINTO, António. O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p. 17-49, jan./abr. 2014.

CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início dos anos 1930 ao apogeu do Estado Novo: Segunda República (1930-1945)*. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019 [2003]. p. 203-228.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: Adhemas de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1979].

DELGADO, Márcio de Paiva. *O “golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Volume 1: 1914-1960. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

FERREIRA, Fabrício. “Nós fizemos a revolução, para perpetuar a democracia, e não para destruí-la a pretexto de salvá-la”: Carlos Lacerda e a crise de 1964. *Boletim Historiar*, São Cristóvão, v. 7, n. 3, p. 80-103, set./dez. 2020.

FERREIRA, Fabrício. *“O último dos panfletários brasileiros”*: Carlos Lacerda e a memória dos jornalistas. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

FERREIRA, Fabrício. Liberalismo e democracia em Carlos Lacerda (1950-1955). *Revista Ágora*, 2022. (Submetido à publicação).

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-46.

FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, J. P. A.; FREIRE, Américo (coord.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p. 147-181.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 8. reimpr. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019 [1988].

HARTLYN, Jonathan; VALENZUELA, Arturo. La democracia en América Latina desde 1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina, 12: política y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997 [1994]. p. 11-66.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed.; 46 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1994].

JOVIANO, Alice Marçal *et al.* O pensamento político de Carlos Lacerda: uma tentativa de mapeamento. *Revista Hydra*, Guarulhos, v. 6, n. 11, p. 330-342, nov. 2022.

KELLER, Vilma. Carlos Lacerda. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930-1995)*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-frederico-verneck-de-lacerda>. Acesso em: 25 nov. 2023.

KERSHAW, Ian. *De volta ao inferno: Europa, 1914-1949*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [2015].

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 3 reimpr. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2012 [1979]. p. 305-327.

LACERDA, Carlos. *Como foi perdida a paz: a política das grandes potências, da Conferência de Paris à Moscou*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1947.

LACERDA, Carlos. *A Casa do meu avô*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

LACERDA, Carlos. *Depoimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978 [1977].

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986 [1949].

McCANN, Bryan. Carlos Lacerda: The Rise and Fall of a Middle-Class Populist in 1950s Brazil. *Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 4, p. 661-696, 2003.

Outros Tempos, vol. 21, n. 37, 2024, p. 59-84. ISSN: 1808-8031

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *O demolidor de presidentes*. 2. ed. São Paulo: Códex, 2002.

PICALUGA, Isabel Fontenelle. *Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara*. Petrópolis: Vozes, 1980.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2014.

SCHMITTER, Phillippe C. Still the Century of Corporatism? *The Review of Politics*, v. 36, n. 1, p. 85-131, jan. 1974.

SETTEMBRINI, Domenico. Reformismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1995 [1983]. p. 1.077-1.080.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1973.

TRIGUEIRO, Osvaldo. Assembléia Nacional constituinte de 1946. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1983. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1946>. Acesso em: 25 nov. 2023.

TSE. *Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947*. Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb/@@download/file/TSE-resolucao-1841-cancelamento-registro-pcb.pdf. Acesso em: 3 nov. 2022.